

Workshop: **Pensando a Efetividade da Adequada Valoração da Prova**
Call for Papers

Idioma: português ou espanhol.

Objetivo: O workshop tem como objetivo discutir os desafios e possíveis soluções para maximizar a efetividade da valoração adequada da prova, ou seja, partindo da ideia de que a valoração deva ser minimamente intersubjetivável e apoiada em conhecimento de mundo seguro, pergunta-se: o que fazer para que esse ideal migre para as práticas judiciais?

A ideia é refletir sobre diversos caminhos, como: *i*) a formação dos agentes do Sistema de Justiça, já que a valoração adequada reclama determinado estoque de saberes, atitudes (virtudes) e habilidades (o raciocínio abduutivo etc), que precisam ser adquiridas/desenvolvidas;

ii) as exigências para a motivação, que poderia ter reforçada sua aptidão para conter o subjetivismo na própria tomada de decisão; *iii*) os modelos de controle sobre a o juízo fático probatório via “cassação” e/ou revisão após formada a coisa julgada; *iv*) modelos de evolução baseado no aprendizado com (os) erros (já detectados).

Justificativa: Para TWINING (et. al.), os adeptos da escola racionalista da prova, em sua maioria, deveriam ser vistos como racionalistas-otimistas ou racionalistas-aspiracionais, porque se preocupariam apenas em desenvolver o respectivo modelo teórico ideal, sem pensar em meios que maximizassem o seu cumprimento por juízes e jurados (2005: 80-81).

De fato, nos últimos anos muito se evoluiu no debate sobre como deveria ser a valoração da prova judicial; entretanto, pouco se refletiu sobre os caminhos para “estimular” a adequação das práticas judiciais esse ideal, sendo certo que uma migração natural ou espontânea geraria um custo elevado com decisões errôneas; prova disso é a frase de GORPHE, que poderia ser dita hoje, mas que o foi há exatos 100 anos: “a ciência do testemunho é demasiado recente para que já tenham decidido seguir os seus novos caminhos” (1924:32).

Assim porque se mostra fundamental a promoção de um amplo debate entre os acadêmicos, visando a construção de propostas concretas para o enfrentamento do problema apontado. O workshop proporcionará um espaço de reflexão crítica e troca de experiências, contribuindo para o avanço da pesquisa e para o aprimoramento dos sistemas de justiça.

Call for Papers: Os organizadores do workshop "Pensando a Efetividade da Adequada Valoração da Prova" convidam pesquisadores, acadêmicos, juízes, advogados e demais atores do Sistema de Justiça a submeterem propostas de artigos que explorem os desafios e possíveis soluções para aumentar a efetividade da adequada valoração da prova judicial.

Serão admitidos trabalhos que abordem os seguintes temas:

1. A projeção para a prática judicial dos critérios legais e jurisprudenciais de valoração da prova, notadamente sob a aptidão destes para viabilizar a contenção do subjetivismo decisório (incrementando a segurança jurídica) e a correta apreensão da força probatória;
2. O papel da motivação das decisões judiciais na concretização de uma valoração racional da prova;
3. Mecanismos de correção e prevenção de condenações errôneas decorrentes de erros na valoração da prova;
4. A formação inicial e continuada de juízes para o desenvolvimento de competências relacionadas ao raciocínio probatório;
5. O ensino do Direito Probatório e/ou do raciocínio probatório nos cursos de graduação em Direito;

6. A contribuição de outras áreas do conhecimento (como a psicologia cognitiva, a lógica e a epistemologia) para o aprimoramento da valoração da prova;
7. Estratégias para mitigação dos vieses (de raça, gênero etc) na tomada de decisão fático-probatória.
8. Estudos empíricos sobre a efetividade dos critérios de valoração da prova na prática judicial.

Os resumos devem ser enviados até o dia 20/9/2024 para o e-mail «fernando-braga@hotmail.com». Os trabalhos selecionados deverão ser apresentados no workshop, que ocorrerá nos dias 5 e 6 de junho de 2025, na Universidade de Girona (Espanha). Cada proposta deve conter: Título do trabalho; Nome completo do(s) autor(es), titulação, afiliação institucional e e-mail; Resumo entre 400 e 700 palavras, contendo a delimitação do tema, a metodologia utilizada e os principais resultados ou conclusões; Indicação de 3 a 5 palavras-chave. Os artigos completos deverão ter entre 15 e 30 páginas (incluindo notas e referências) e seguir as normas da ABNT. Os melhores trabalhos poderão ser selecionados para publicação em obra coletiva.

*Tanto a inscrição no evento como os custos de viagem e estadia ficarão por conta de cada participante.

Datas importantes: Prazo para envio de resumos: 20/9/2024; Divulgação dos trabalhos aprovados: 27/9/2024; Apresentação do workshop: 5 ou 6/6/2025.

Organizadores:

Fernanda Prates. Doutora em Criminologia pela Universidade de Montreal. Pós-doutorado em Direito pela FGV Direito Rio. Professora da Graduação da FGV Direito Rio e professora convidada dos cursos de LL.M. em Direito do FGV Rio Law Program. Coordenadora adjunta do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – RJ. 2^a Vice-Presidente da Comissão de Criminologia do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB).

Fernando Braga Damasceno. Professor do Mestrado da ENFAM-Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Raciocínio Probatório pela Universidade de Girona. Pesquisador do LAPEJ – Laboratório de Prevenção de Erros Judiciários (ENFAM). Desembargador Federal (TRF5).

Maria Thereza de Assis Moura. Doutora em Direito Processual e Mestre em Direito pela Universidade de USP – Largo de São Francisco. Ministra do Superior Tribunal de Justiça. Professora da Universidade de São Paulo.

Rogério Schietti Machado Cruz. Doutor e Mestre em Direito Processual pela USP - Largo do São Francisco. Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Professor dos cursos de Doutorado e Mestrado da UniNove. Professor do Mestrado Profissional em Direito do IDP.

Demais participantes:

Alfredo Rene Uribe Manriquez
Antônio Vieira
José Eduardo de Melo Vilar Filho
Saulo Murilo de Oliveira Mattos